

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO COTIDIANO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS

Elmirene Santos da Silva^{1,*}

Carmen Liêta Ressureição dos Santos²

Hayana Leal Barbosa¹

¹Faculdade de Tecnologia e Ciências, Feira de Santana, 44085-370, BA-Brasil

² Universidade Estadual de Feira de Santana, 44036-900, Feira de Santana, BA-Brasil

* E-mail: carmemlietasantos@yahoo.com.br

RESUMO

A EPS promove processos formativos através da problematização do seu processo de trabalho, cujo objetivo é transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica acerca da EPS no cotidiano dos serviços de saúde do SUS. Sua relevância está em todos os níveis operacionais, tanto prático quanto teórico. Trata-se de uma revisão integrativa realizada com oito artigos científicos publicados no ano de 2014, em periódicos indexados na Biblioteca Virtual em Saúde, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Base de Dados de Enfermagem, escritos em língua portuguesa, com abordagem qualitativa. Para o levantamento dos artigos nas bases eletrônicas foram utilizados os seguintes descritores: educação permanente em saúde, educação continuada em saúde e política nacional de educação permanente em saúde. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Os resultados apontaram que dentre as modalidades de formação dos trabalhadores de saúde, destaca-se a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, através da problematização do processo de trabalho; e algumas dificuldades e facilidades para a realização de ações de EPS. Assim, cabe aos trabalhadores da saúde a reflexão sobre a importância da EPS, para que possa utilizá-la cotidianamente em sua prática, reconhecendo-a e propondo intervenções para impactar na qualidade da atenção à saúde e nos serviços de saúde do SUS.

Palavras-chave: Educação Permanente. Educação Continuada. Sistema Único de Saúde.

RESUMEN

La EPS promueve procesos de formación a través del cuestionamiento de su proceso de trabajo, cuyo objetivo es la transformación de las prácticas de la organización profesional y de trabajo. Este estudio tuvo como objetivo analizar la producción científica sobre EPS en la vida diaria de los servicios de salud del SUS. Su relevancia es en todos los niveles operativos, tanto práctica como teórica. Se trata de una revisión integradora realizado ocho artículos científicos publicados en 2014 en revistas indexadas en Biblioteca Virtual en Salud de América Latina y Ciencias de la Salud del Caribe, Base de Datos de Enfermería, escrito en portugués, con un enfoque cualitativo. Para inspeccionar los artículos en bases de

datos electrónicas se utilizaron las siguientes palabras clave: educación permanente en salud, educación continua de la salud y la política nacional de educación profesional de la salud. Los datos fueron analizados mediante el análisis de contenido. Los resultados mostraron que entre las modalidades de formación de los trabajadores de la salud, está la transformación de las prácticas profesionales y la organización del trabajo en sí, al cuestionar el proceso de trabajo; y algunas dificultades y facilidades para la realización de acciones EPS. Por lo tanto, corresponde a los trabajadores de salud para reflexionar sobre la importancia de la EPS, para que pueda usarlo todos los días en su práctica, reconociéndolo y proponer intervenciones de impactar la calidad de la atención de la salud y los servicios de salud del SUS.

Palabras-clave: Educación Continua. Educación Continua. Sistema de Salud.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) promove processos formativos construídos a partir da problematização do seu processo de trabalho, cujo objetivo é transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho, tendo como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e o controle social em saúde (BRASIL, 2003).

A proposta da EPS surgiu na década de 1980, por iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) para o desenvolvimento dos recursos humanos na saúde. No Brasil, foi lançada como política pública em 2003, assumindo um papel relevante na concepção de um Sistema Único de Saúde (SUS) democrático, equitativo e eficiente (MERHY; FEUERWERKER; CECCIM, 2006).

Compreende-se que, uma política de EPS, congrega, articula e coloca em roda diferentes atores, destinando a todos envolvidos um espaço de protagonismo na condução de sistemas locais de saúde. Essa é a política atual do SUS para a educação em saúde e, portanto, uma diretriz para os atores envolvidos na área da saúde (CECIM; FERLA, 2009). Desse modo, a EPS deve preconizar a articulação setorial e multiprofissional, a participação efetiva dos usuários por meio do controle social e de instituições de ensino, concretizando o processo de trabalho a partir do cotidiano das relações (TRONCHIN et al., 2009).

Na política pública citada anteriormente, a EPS é compreendida como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se insere ao cotidiano das organizações e ao trabalho, baseada na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais (BRASIL, 2004). Na aprendizagem significativa, o aprender e o ensinar deve integrar a prática cotidiana dos trabalhadores de saúde, pois, através dela, estes refletem sobre as diversas realidades e os modelos de atenção em saúde no qual estão inseridos, com o objetivo de identificar as situações problema (STROSCHEIN; ZOCHE, 2012).

Ceccim e Feuerwerker (2004) apresentam a prática de EPS como descentralizadora, ascendente e transdisciplinar, a qual visa o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem, bem como o enfrentamento de situações onde exigem criatividade. Sendo assim, a EPS configura-se uma estratégia fundamental para a transformação das práticas de saúde e para a integralidade da assistência, cuja construção deve partir das necessidades identificadas pelos trabalhadores de saúde nos diferentes cenários dos serviços de saúde.

Corroborando com este pensamento, Davini (2009) afirma que a EPS representa um instrumento incentivador de mudança institucional, uma vez que facilita o entendimento, a apreciação e a aceitação do modelo de atenção indicado pelos novos programas de atenção à saúde do país, priorizando a busca de opções contextualizadas e integradas para o cuidado da população assistida. Sendo assim, os processos de formação e qualificação dos trabalhadores da saúde devem ser estruturados a partir da problematização das práticas cotidianas e dos problemas que impedem a atenção integral e a qualidade do atendimento.

Nessa perspectiva, o estudo partiu das seguintes questões norteadoras: Como vem se desenvolvendo a EPS no cotidiano dos serviços de saúde do SUS? Quais as dificuldades e facilidades para o desenvolvimento da EPS no cotidiano dos serviços de saúde do SUS? Ao mesmo tempo, o presente estudo teve como objetivo geral: analisar a produção científica acerca do desenvolvimento da EPS no cotidiano dos serviços de saúde do SUS, mostrando as principais dificuldades e facilidades.

Esse estudo é relevante em todos os níveis operacionais, tanto prático quanto teórico. Na prática, observa-se a importância de conhecer a maneira como é desenvolvida a EPS nos diferentes cenários do SUS, para possibilitar aos trabalhadores de saúde uma reflexão acerca da importância da EPS para a inserção de novos elementos às suas práticas, ou até mesmo para modificá-las, contribuindo para a qualidade da atenção à saúde. Em relação à relevância teórica, este estudo poderá estimular a realização de novas investigações e contribuir com a produção do conhecimento relativo ao objeto aqui discutido.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura, método mais amplo de revisão, pois possibilita a inclusão de literatura teórica e empírica. Os dados foram coletados no período de outubro a dezembro de 2014, sendo utilizados artigos científicos publicados em periódicos de circulação nacional. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: estudos publicados em 2014 em periódico indexado nas bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), escritos em língua portuguesa; abordagem metodológica qualitativa. Inicialmente, os artigos foram selecionados conforme o título e o ano de publicação.

No estudo foram considerados como critérios de exclusão: artigos de revisão; artigos indisponíveis na íntegra; e método sem clareza na descrição. Em seguida, realizou-se a leitura dos resumos dos 37 artigos encontrados. Feito isso, os artigos foram lidos na íntegra visando compreender os seus resultados. E por último, os resultados dos artigos selecionados foram lidos exaustivamente, objetivando descrever o desenvolvimento da EPS nos serviços de saúde do SUS; e identificar as dificuldades e facilidades no desenvolvimento da EPS no cotidiano dos serviços de saúde do SUS. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Assim, para melhor compreensão dos estudos da amostra, os resultados foram agrupados em duas categorias, apresentadas na sequência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na literatura, dentre as várias modalidades de formação dos trabalhadores de saúde, destaca-se a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, através da problematização do processo de trabalho (CAVALCANTI; PADILHA; NASCIMENTO, 2014; BISPO et al., 2014; LIMA et al., 2014; PEREIRA et al., 2014; BADUY et al., 2014). Nesse sentido, em 2004, o Ministério da Saúde, instituiu a PNEPS. Conforme esta política, a EPS é definida como:

A Educação Permanente é aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. Propõe-se que os processos de capacitação dos trabalhadores da saúde tomem como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde, tenham como

objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e sejam estruturados a partir da problematização do processo de trabalho (BRASIL, 2004).

Em concordância com este conceito, no estudo sobre a experiência da EPS realizada com os auxiliares de enfermagem de um Hospital Materno-Infantil, no município de Marília – São Paulo, a EPS é apresentada como uma aprendizagem significativa durante os processos educativos, pois tem como objetivo a mudança da prática profissional. Assim, ao considerar a EPS como estratégia de mudança da prática, significa acreditar que a mesma é a aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar deve ser incorporado nos processos de trabalho das organizações (PEREIRA et al., 2014).

Em estudo realizado sobre qualificação de processos de gestão e atenção no município de Caaporã – Paraíba, Cavalcanti, Padilha e Nascimento (2014) descrevem a EPS como uma política de gestão de serviços, na qual a qualificação dos processos de trabalho em saúde ocorre através da problematização do cenário de práticas, tendo como objetivos a resolutividade, integralidade e humanização da atenção.

As transformações no campo de trabalho em saúde com a inserção da gestão participativa, a cogestão, a clínica ampliada, a humanização, a ambiência, equipe de referência, o apoio matricial, o projeto transdisciplinar e terapêutico, o acolhimento com avaliação de risco, entre outros, impõe a necessidade de rever e redimensionar o processo de trabalho dos trabalhadores de saúde (BADUY et al., 2014). Tal fato demonstra a relevância da EPS enquanto prática de ensino-aprendizagem na produção de conhecimentos no cotidiano das instituições de saúde (BISPO et al., 2014).

Este mesmo aspecto pode ser também verificado em estudo, quando os autores afirmam que a EPS foi proposta como uma forma de excelência para a qualificação profissional, pois, busca mudar as práticas profissionais dos trabalhadores de saúde, principalmente, os que já se encontram nos serviços de saúde (LIMA et al., 2014).

Entende-se que o ser humano está em contínuo processo de aprendizagem e que o cotidiano das instituições de saúde são espaços privilegiados para a aquisição de habilidades e reflexão. A proposta de EPS vem ao encontro de tal situação à medida que aponta novas possibilidades, transforma as práticas profissionais dos trabalhadores de saúde e a organização dos processos de trabalho.

Nesta perspectiva, a EPS é entendida como uma ação prática para reflexão contínua e problematizadora do processo de trabalho, com potencial de transformação das práticas profissionais dos trabalhadores de saúde do SUS, contribuindo, desta maneira, para a qualidade da atenção à saúde e para o atendimento das reais necessidades de saúde dos usuários, e conseqüentemente, para a efetivação das propostas do SUS.

DIFICULDADES E FACILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EPS

Os resultados deste estudo demonstraram, também, as dificuldades e facilidades para o desenvolvimento da EPS nos serviços de saúde do SUS, bem como para a formação dos trabalhadores de saúde. Neste estudo, identificaram-se 05 (cinco) artigos que versam sobre esta temática (CAVALCANTI; PADILHA; NASCIMENTO, 2014; BERWALDT; ARAUJO; GRILLO, 2014; ALVES et al., 2014; GODOY et al., 2014; BADUY, et al., 2014).

Os artigos 02 e 07 constataram que a falta de participação dos trabalhadores de saúde nos encontros de EPS configura-se como uma dificuldade para formação destes profissionais. Entende-se que a EPS é uma estratégia de transformação das práticas profissionais dos trabalhadores de saúde, entretanto, na prática a adesão dos trabalhadores de saúde é um dos desafios para sua efetivação (CAVALCANTI; PADILHA; NASCIMENTO, 2014; BERWALDT; ARAUJO; GRILLO, 2014).

Desse modo, torna-se evidente a necessidade de se discutir e formular estratégias voltadas para a sensibilização dos atores que são alvos da EPS sobre a importância das ações de EPS para a transformação das práticas profissionais desses trabalhadores, bem como para aumentar a

representação destes seguimentos nos processos de planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas.

A inserção de ações de EPS no cotidiano do trabalho dos serviços públicos de saúde contribui para o desenvolvimento do trabalho em equipe; integração entre equipe e comunidade; interdisciplinaridade das ações; qualificação de recursos humanos destinados ao SUS; e cuidado integral à saúde dos usuários (CAVALCANTI; PADILHA; NASCIMENTO, 2014).

Contudo, na prática essas ações de EPS, às vezes não acontecem. Em pesquisa desenvolvida sobre a EPS para os ACS, em Minas Gerais, mostrou-se que em 40% das equipes pesquisadas, o processo de educação permanente não ocorria, e que a sobrecarga de atividades das equipes contribuiu para a não realização de EPS. Entende-se que a EPS da equipe multiprofissional, em especial dos ACS, é essencial para que os profissionais busquem atender às demandas das famílias, direcionando o olhar e as ações de saúde para além das práticas curativas, incorporando outros saberes que os habilitem nesse processo de interação diária com as famílias (ALVES et al., 2014)).

A EPS é um dispositivo relevante para promover mudanças nas práticas profissionais no âmbito do SUS, desta maneira, em 2004, foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS), através da Portaria n. 198/2004, com o propósito de formar e capacitar os trabalhadores da saúde para atenderem às reais necessidades da população, conforme os princípios do SUS. Entretanto, no cotidiano dos serviços de saúde do SUS existem alguns fatores que dificultam a implantação desta política.

No estudo sobre a implantação da PNEPS no Rio Grande do Sul, evidenciou-se que legislação estadual às vezes não atende às propostas constantes dos projetos que são aprovados e financiados pelo Ministério da Saúde. Torres e outros (2008) apud Alves e outros (2014), salientam que um dos maiores desafios da PNEPS é a questão do financiamento para liberação de projetos, e tal fato prejudica a implementação das ações.

Desse modo, a PNEPS necessita ser fortalecida em âmbito regional e nacional, no sentido de fortalecer o SUS e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da atenção prestada aos usuários.

O estudo citado anteriormente também apontou como dificuldades para a realização de ações de EPS no Estado, a falta de recursos humanos na Secretaria de Estado de Saúde; de liberação dos trabalhadores municipais para formação; e os entraves operacionais na execução de recursos financeiros no estado (ALVES et al., 2014). Dessa maneira, faz-se necessário sensibilizar os gestores e trabalhadores de saúde quanto à importância da EPS para a qualificação do processo de trabalho destes profissionais, de maneira a instrumentalizá-los para realizar uma atenção integral à saúde.

Ressalta-se, que além das dificuldades, os artigos analisados também apresentaram alguns aspectos facilitadores que contribuíram para o desenvolvimento das ações de EPS nos serviços de saúde do SUS, dentre estes cabe destaque para a educação à distância.

A educação à distância se configura como uma estratégia de ensino-aprendizagem em saúde com recursos tecnológicos de informação que contribui para a formação dos profissionais de enfermagem. Além disso, o ensino a distância através das videoconferências e teleconsultorias possibilita acelerar o processo de capacitação dos profissionais, contribuindo para o aprimoramento e qualificação das práticas de cuidado da rede do SUS (; GODOY et al., 2014).

O estudo sobre os encontros regionais de educação permanente com trabalhadores de saúde, no município de Londrina – Paraná apresentou diversos aspectos facilitadores no processo de EPS, dentre estes estão: a capacidade dos trabalhadores reinventarem suas práticas na realização do cuidado; a percepção de que todos fazem gestão em seus locais de trabalho; e a compreensão que os encontros de EPS são espaços de reflexão acerca das práticas profissionais (BADUY, et al., 2014)).

Em síntese, a literatura aborda a importância da EPS para as mudanças das práticas profissionais dos trabalhadores de saúde, assim como as dificuldades e os aspectos facilitadores

para o desenvolvimento da mesma nos serviços de saúde do SUS. Cabendo então, aos trabalhadores de saúde e gestores do SUS reconhecer a importância da EPS para a melhoria da qualidade dos serviços, bem como construir e implementar estratégias para superar as dificuldades e potencializar as facilidades apontadas pelo estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo permitiu analisar a produção científica acerca do desenvolvimento da EPS no cotidiano dos serviços de saúde do SUS, bem como identificar e analisar algumas dificuldades e facilidades para a realização de ações de EPS, mesmo que o foco das publicações utilizadas como fonte de dados não tenha sido a compreensão ou análise destas facilidades e dificuldades.

A partir dos resultados e das discussões empreendidas pode-se perceber que dentre as várias modalidades de formação dos trabalhadores de saúde, destacou-se a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, através da problematização do processo de trabalho.

Em relação às dificuldades, evidenciou-se a falta de participação dos trabalhadores de saúde nos encontros de EPS; a ausência de processos de educação permanente; a sobrecarga de atividades das equipes; e a falta de liberação dos trabalhadores municipais para participação nos encontros de formação. Quanto às facilidades, destacaram-se a educação à distância; a capacidade dos trabalhadores reinventarem suas práticas na realização do cuidado; a percepção de que todos fazem gestão em seus locais de trabalho; e a compreensão de que os encontros de EPS são espaços de reflexão sobre as práticas profissionais.

Assim, cabe aos trabalhadores da saúde a reflexão sobre a importância da EPS, para que, desta forma, possa utilizá-la cotidianamente em sua prática nos serviços do SUS, reconhecendo-a e propondo intervenções que possa impactar na melhoria da qualidade da atenção à saúde e nos serviços de saúde do SUS.

Pode-se perceber que a EPS é amplamente estudada na sociedade brasileira, entretanto, existe uma lacuna em relação a sua existência no cotidiano dos serviços de saúde do SUS. Desse modo, faz-se necessária a ampliação de estudos acerca desta temática, já que a EPS permite visualizar novas formas de exercer a prestação da assistência à saúde, ao transformar as práticas dos cuidados ofertados à população e, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade da atenção à saúde nos serviços de saúde do SUS.

Por fim, o presente estudo configura-se como ponto de partida para outros, que venham contemplar outros aspectos aqui não mencionados e possibilita uma reflexão respeito do tema na prática, podendo assim possibilitar a construção de um novo olhar sobre importância da EPS para a transformação das práticas profissionais, e consequentemente, consolidar os princípios e diretrizes do SUS em todos os níveis de atenção nos serviços de saúde deste sistema.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. dos R., et al. "Educação permanente para os agentes comunitários de saúde em um município do norte de Minas Gerais. **Revista Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, v. 6, p. 882-888, 2014.

BADUY, R. S. et al. Encontros Regionais de Educação Permanente (EREP) movimentando a gestão em rede na saúde—Narrativa de uma vivência. **Espaço para a Saúde**, v. 15, p. 47-57, 2014.

BERWALDT, D. H.; ARAUJO, S. J. V.; GRILLO, L. P. Implantação de política de educação permanente em saúde no Rio Grande do Sul. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, p. 541-562, 2014.

BISPO, E. P. F.; TAVARES, C. H. F.; TOMAZ, J. M. T. Interdisciplinaridade no ensino em saúde: o olhar do preceptor na Saúde da Família. Botucatu. **Interface**, vol.18, p. 337-350, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1.996, de 20 de agosto de 2007**: Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Políticas de educação e desenvolvimento para o SUS**: caminhos para a educação permanente em saúde. Brasília: DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 198, de 13 de fevereiro de 2004**: Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. Brasília: DF, 2004.

CAVALCANTI, Y. W.; PADILHA; W. W. N. "Qualificação de processos de gestão e atenção no município de Caaporã, PB: relatos de tutoria de educação permanente em saúde." **Saúde em Debate**. v. 38, p. 170-180, 2014.

CECIM, R. B.; FERLA, A. A. **Educação Permanente em Saúde**. 2009. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupersau.html> >. Acesso em: 01 dez. 2014.

CECCIM, R. B.; FEURWERKER, L.C.M. O Quadrilátero da Formação para a área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. **Revista Saúde Coletiva**. v. 14, p.41-65, 2004.

DAVINI, M. C. Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos recursos humanos de saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. P. 39-59. (Série B - Textos Básicos de Saúde; Série Pactos pela Saúde 2006, v. 9).

GODOY, S. C. B.; GUIMARAES, E. M. P.; ASSIS, D. S. Avaliação da capacitação dos enfermeiros em unidades básicas de saúde por meio da telenfermagem. **Escola Anna Nery**, vol.18, p. 148-155, 2014.

LIMA, S. A. V.; ALBUQUERQUE, P. C.; WENCESLAU, L. D. Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, p. 425-441, 2014.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, p. 758-764, 2008.

MERHY E. E.; FEURWERKER, L. C. M.; CECCIM, R. B. Educación permanente en salud: una estrategia para intervenir en la micropolítica del trabajo en salud. **Salud Colectiva**. v. 2, p.147-60, 2006.

NICOLETTO, S. C. S. et al. Desafios na implantação, desenvolvimento e sustentabilidade da Política de Educação Permanente em Saúde no Paraná, Brasil. São Paulo. **Saúde Sociedade**. v. 22, 2013.

PEREIRA, F. M.; BARBOSA; V. B. A.; VERNASQUE; J. R. S. A experiência da educação permanente como estratégia de gestão com os auxiliares de enfermagem. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.18, n.1, p. 228-242, Jan/Mar, 2014.

SARRETA, F. O. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. Franca: UNESP, 2009.

TRONCHIN, D.M.R., et al. Educação permanente de profissionais de saúde em instituições públicas hospitalares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 43, p.1210- 1215, 2009.